

Receita autua senador por sonegação

Gilberto Miranda deixa o PMDB e saída é entendida por políticos como "pedido de proteção aos pefelistas" contra ação do Fisco

Vanda Célia

Da equipe do Correio

A Receita Federal autuou o senador Gilberto Miranda (sem partido — AM) por sonegação de impostos, depois de investigar, nos últimos seis meses, os negócios que ele tem distribuídos em 20 empresas. O valor da autuação é de aproximadamente R\$ 300 milhões, segundo o **Correio Braziliense** confirmou na Receita Federal.

Ontem, o senador Gilberto Miranda informou ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP) e ao líder do PMDB, Jader Barbalho (PA) que está deixando o partido. A saída de Miranda foi compreendida por alguns políticos como "pedido de proteção aos líderes pefelistas" para se livrar da autuação da Receita.

"Eu tenho uma biografia e a Receita é um órgão do Estado", reagiu o secretário da Receita Federal Everardo Maciel, ao saber dos comentários. "Não tem essa de proteção para políticos, aliás, aqui não tem políticos porque perante os fiscais da Receita todos são contribuintes", completou.

A autuação só poderá ser retirada pela Justiça se for considerada ilegal, o que não ocorre com frequência, principalmente em processos desse valor, explicou o secretário.

DEVASSA

O senador Gilberto Miranda confirmou ao **Correio** que suas empresas — "umas 20, mais ou menos" — estão sendo investigadas por fiscais da Receita, mas negou a autuação. Ele considerou "uma coincidência", com uma ponta de ironia na voz, o fato de os fiscais terem iniciado o trabalho em todas as empresas num mesmo dia e durante o período em que ele era relator do projeto Sivam, Sistema de Vigilância da Amazônia.

Irritado com a devassa em seus negócios, Miranda, desde aquela ocasião, se queixa de "perseguição" da Receita. Tanto que pediu a intervenção de Jader Barbalho. O líder do PMDB procurou o ministro da Fazenda, Pedro Malan. "A atuação parlamentar não pode ser motivo para se determinar uma devassa fiscal porque isso caracteriza perseguição", afirmou Jader. Malan garantiu que o processo era atividade rotineira da Receita.

Carlos Eduardo 21.11.95



Miranda (D) e Sarney: fuga do PMDB e revolta com a atuação da Receita, que fiscalizou 20 empresas do senador

O trabalho de Everardo Maciel tem provocado muitas queixas no Congresso. Deputados e senadores afirmam que ele trata mal os parlamentares e até ministros do governo. A demissão da funcionária da Receita, Ana Lúcia Santos, filha do

ministro extraordinário para a Coordenação Política, Luiz Carlos Santos, é um exemplo do desinteresse de Everardo pelos políticos, segundo um dos líderes do governo no Congresso.

A filha do ministro não era concur-

sada, mas estava trabalhando como assessora da área jurídica. Ela achava que podia desempenhar função melhor na Receita, mas não encontrou espaço para melhorar de posição. Por isso, acabou saindo. "Everardo não fez nada para impedir o desem-

prego na família do ministro", disse um aliado de Luiz Carlos Santos. O ministro, segundo esse amigo, ficou indignado, mas não reclamou com o presidente Fernando Henrique.

QUEIXAS

Mas é contra as investigações dos fiscais da Receita Federal que há mais queixas. A deputada Célia Mendes (PPR-AC) reclamou da fiscalização nos negócios dela ao líder do governo na Câmara, Benito Gama (PFL-BA). Também se queixaram, pelos mesmos motivos, os deputados Maria Valadão e Ari Valadão, ambos do PPR de Goiás. Há mais ou menos 15 parlamentares que estão sob investigação da Receita e todos levam queixas de Everardo às lideranças do governo.

O secretário também não aceita fazer nomeações ou promoções para atender políticos. O deputado Ney Lopes (PFL-RN) tentou manter um afilhado do ex-deputado Fernando Gasparian no aeroporto de Cumbica. Não conseguiu. "Esse Everardo é uma praga bíblica", disse Ney Lopes. O deputado Osvaldo Coelho (PFL-PE) pediu a Everardo que transferisse um aliado de Roraima para Brasília. "Só com concurso interno", respondeu o secretário.

Ontem à noite, Everardo disse que não aceitará intervenção política no caso da autuação de Miranda: "Aqui, se respeita a Constituição e ela diz que todos são iguais perante a lei".